

XII-054 - GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL NO CANTEIRO DE OBRAS

Michele Paula Schmidt

Arquiteta, Pós Graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Marcelo Oliveira Caetano⁽¹⁾

Professor Doutor dos Cursos de Graduação em Engenharia Civil, Ambiental e Gestão Ambiental da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Luciana Gisele Brun

Professora da FADERGS dos Cursos de Graduação em Administração e Tecnólogos. Psicóloga, Doutoranda em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Luciana Paulo Gomes

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Endereço⁽¹⁾: Laboratório de Saneamento Ambiental (C01 214) - Av. Unisinos, 950 – Cristo Rei – São Leopoldo - RS - CEP: 96022-000 - Brasil - Tel: +55 (51) 3592-1122 – R.1699 e-mail: mocaetano@unisinos.br

RESUMO

A construção civil possui um alto índice de acidentes do trabalho, aliado há condições de trabalho precárias. Minimizar os riscos e buscar melhorias no canteiro de obras é fundamental para o desenvolvimento de sistema de gestão da saúde e segurança operacional. Com isso, este trabalho objetivou a avaliação da percepção de segurança do trabalho pelos colaboradores da empresa estudo de caso, bem como verificar com engenheiros de segurança do trabalho os principais itens para gestão da SSO em um canteiro de obras. Para desenvolvimento da pesquisa utilizou-se entrevista semiestruturada para avaliar os riscos ambientais e as condições da segurança do trabalho por meio da visão dos funcionários existentes no canteiro de obras. Os resultados obtidos demonstram que a segurança não é prioridade para a empresa, de forma que é necessária revisão da liderança e melhorar a organização da empresa, mudando a cultura errônea de como se dá a segurança ocupacional.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança do trabalho, gestão, construção civil, planejamento.

INTRODUÇÃO

A construção civil é um dos setores industriais que está mais atrasada em relação às melhorias da qualidade de vida no ambiente de trabalho de seus colaboradores, e, segundo a Previdência Social, possui um número elevado de acidentes, sendo o segundo setor que mais apresenta mortes por acidente de trabalho, perdendo apenas para o setor de Transportes Rodoviários de carga (1).

No Brasil, em 2012 foram mais de 700 mil trabalhadores que sofreram acidente de trabalho, sendo que destes acidentes mais de 62 mil foram no setor da construção civil.

Por trás das estatísticas do Ministério da Previdência Social, por muitas vezes, está o descaso com a segurança do ambiente laboral. Os acidentes de trabalho têm sido frequentemente associados a: existência de condições de trabalho inseguras nas organizações; descumprindo dos requisitos legais e normativos de saúde e segurança do trabalho; atos inseguros de trabalhadores. Neste contexto, é preciso superar a falsa ideia de que acidentes são fatalidades. A maioria das campanhas de prevenção foca no trabalhador, frisando o uso de equipamentos de proteção individual. Porém, na maioria dos casos estão nas condições do ambiente de trabalho, e neste caso a responsabilidade pela gestão é do empregador.

Visando a implantação de sistemas de gestão de segurança e saúde do trabalho, as indústrias da construção civil baseiam-se em normas regulamentadoras descritas na Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e também, na norma OHSAS 18001 (Occupational Health and Safety Assessment Series).

Esta normativa especifica requisitos para um sistema de gestão da Segurança e Saúde Ocupacional (SSO), para permitir uma organização desenvolver e implementar uma política e objetivos que levem em consideração os requisitos legais e informações sobre os riscos e perigos de SSO.

Já analisando a legislação nacional, a principal norma de gestão de saúde e segurança do trabalho em canteiros de obras é apresentada pela NR 18. Esta estabelece diretrizes administrativas, de planejamento e organização para implantar medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na construção civil. Além disto, a norma determina a elaboração de um Programa de Condições e Meio Ambiente na Indústria da Construção (PCMAT). A elaboração e o cumprimento do PCMAT são obrigatórios em estabelecimentos que tenham 20 trabalhadores ou mais.

Para as empresas que possuam menos de 20 trabalhadores é obrigatória a elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). O PPRA visa o reconhecimento e controle de riscos e deve conter alguns aspectos das Normas Regulamentadoras NR-4, NR-5, NR-6, NR-7 e NR-9.

Entre as diversas normas regulamentadoras aplicáveis a construção civil, a seguir consta breve relato daquelas consideradas essenciais:

- A NR-4 rege os serviços especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho. Ela estabelece a obrigatoriedade das empresas formarem uma equipe específica denominada SESMT (Serviços especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), composta por engenheiros de segurança, técnicos de segurança, médicos e enfermeiros do trabalho e auxiliares de enfermagem com a responsabilidade de promover a segurança e a saúde do trabalhador no local de trabalho. O dimensionamento desta equipe se dá em função do número de trabalhadores existentes e o grau de risco das atividades desenvolvidas na empresa.
- A NR-5 diz respeito à criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), estabelece a obrigatoriedade das empresas em organizar e manter uma comissão interna constituída por representantes dos empregados e do empregador e visa a segurança e saúde do trabalhador no ambiente de trabalho. Todas as empresas que possuam empregados com atividades em um canteiro de obras devem possuir CIPA, sendo que ela pode ser formada de forma centralizada, quando a empresa possuir num mesmo município um ou mais canteiros de obra ou frentes de trabalho com menos de setenta empregados, ou ela pode se por canteiro, quando a empresa possui um ou mais canteiros ou frentes de trabalho com setenta empregados ou mais, ou ainda ser uma CIPA provisória, para o caso de canteiro com possuir suas atividades concluídas em menos de 180 dias.
- Já a NR-6 trata sobre os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), e estabelece as definições legais, os requisitos de comercialização e de responsabilidades (empregador, empregado, fabricante, importador e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)), cuja importância é de neutralizar possíveis acidentes contra o trabalhador, evitar lesões ou minimizar a gravidade delas, além de proteger o corpo contra os efeitos de substâncias tóxicas, alérgicas ou agressivas, que possam causar doenças ocupacionais.
- A NR-7 diz respeito ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que torna obrigatório a elaboração e implantação de programa de controle, por parte de todos os empregadores e instituições, com o objetivo de monitorar, individualmente, aqueles trabalhadores expostos aos agentes químicos, físicos e biológicos definidos pela NR-9.
- A NR-9 trata do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), que busca a preservação da saúde e a integridade dos trabalhadores, com a antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais (agentes físicos, químicos e biológicos) do ambiente de trabalho. Na construção civil existem os riscos físicos (ruído, temperatura, vibração, etc.), químicos (substâncias ou produtos que possam penetrar no organismo do trabalhador pelas vias respiratórias, pele ou ingestão nas formas de poeiras, fumos, gases, neblinas, névoas ou vapores), biológicos (bactérias, fungos, parasitas, etc.), ergonômicos (qualquer fator que possa interferir nas características físicas e mentais do trabalhador, causando desconforto ou afetando sua saúde, como por exemplo, o esforço físico intenso e o levantamento e transporte manual de pesos) e de acidentes (qualquer fator que coloque o trabalhador em situação de risco e possa afetar sua integridade e seu bem estar físico e mental).
- Além do cumprimento das normas que o PPRA sugere, temos as NR-10, NR-15, NR-16 e NR-35, que também estão relacionadas com a construção civil.

- A NR-10 estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.
- A NR-15, cujo título é Atividades e Operações Insalubres, define os agentes insalubres, limites de tolerância e os critérios técnicos e legais para avaliar e caracterizar as atividades e operações insalubres e o adicional devido para cada caso.
- A NR-16, cujo título é Atividades e Operações Perigosas, define os critérios técnicos e legais para avaliar e caracterizar as atividades e operações perigosas e o adicional de periculosidade.
- A NR-35 estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, e envolve planejamento, organização e execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com a atividade executada acima de dois metros do nível inferior, onde haja risco de queda.

Os modelos de gestão não devem ter como objetivo apenas atender às exigências legais, mas, a partir delas, instituir uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho que garanta a segurança e a integridade dos trabalhadores, podendo desencadear, como consequência, o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade dos serviços.

Para contribuir com a implementação de um sistema de gestão de segurança no canteiro de obras é necessário verificar o grau de conhecimento dos funcionários sobre a higiene e a segurança do trabalho, para estimular as boas práticas de segurança entre os colaboradores.

Considerando este contexto de atendimento legal necessário conforme a legislação nacional, a questão do número elevado de acidentes de trabalho na construção civil, o trabalhador como uma das principais causas de acidentes e a necessidade desses trabalhadores participarem do processo de gestão de saúde e segurança do trabalho como forma de prevenção; o objetivo desta pesquisa é investigar a opinião, conscientização e conhecimento dos operários da construção civil em relação à gestão de saúde e segurança do trabalho em seus ambientes laborais.

Como justificativa desta pesquisa há também o interesse da empresa estudo de caso em saber o grau de aceitação de seus funcionários perante uma implantação de gestão de SSO.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com o intuito de atingir o objetivo da pesquisa, foi realizado um estudo de caso em uma empresa de pequeno porte do setor da construção civil da região metropolitana de Porto Alegre, que estava em fase de estudos para a implementação de um sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.

Na época da pesquisa, a empresa apresentava sete empreendimentos em fase de construção e cerca de 80 funcionários nas diversas obras.

Seguindo uma abordagem qualitativa, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturadas com o gerente da área responsável pela implementação do SGSSO, os funcionários das diversas funções que atuam nos canteiros de obras, e a visão de profissionais de Engenharia de Segurança do Trabalho que atuam na construção civil no Estado do Rio Grande do Sul em relação à importância da Gestão da Segurança no canteiro de obras, contando com total sigilo e anonimato das opiniões proferidas.

ETAPA 1: VISÃO DO GERENTE DA ÁREA E FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA ESTUDO DE CASO

Consultar os trabalhadores e recorrer aos seus conhecimentos ajuda a assegurar a detecção correta dos riscos e aplicar soluções viáveis. Tentando identificar o grau de importância que os funcionários davam à segurança do trabalho no seu dia a dia, assim como suas necessidades, avaliando o grau de instrução que estes possuem em relação aos riscos inerentes às suas atividades e ao ambiente laboral. As perguntas do questionário (Figura 1) procuraram cobrir questões referentes às condições do ambiente de trabalho, englobando estrutura, higiene e localização das áreas de convívio, sinalização, treinamento, fornecimento de equipamento de segurança individual e a segurança coletiva.

1.	Qual sua função?	
2.	Você sabe o que é EPI?	() Sim () Não
3.	Você sabe o que é EPC (Equipamento de proteção coletiva)?	() Sim () Não
Em caso de conhecer, cite exemplos de proteção coletiva que você identifica na obra.		
4.	Você acha importante trabalhar respeitando as normas de segurança? Por quê? (Justificativa não obrigatória)	()
Sim	() Não	
5.	Você foi treinado ou orientado sobre a correta utilização dos EPI's?	() Sim () Não
6.	Você utiliza o EPI (Equipamento de proteção individual):	
() Porque é obrigatório;		
() Porque acho importante para prevenção da minha saúde.		
7.	Na obra onde trabalha atualmente, o responsável (engenheiro, mestre de obras, encarregado) exige a utilização dos equipamentos de proteção individual?	() Sim () Não
8.	Como você reage quando não está usando o EPI e é orientado a colocá-lo?	
() Nunca precisei que chamassem minha atenção;		
() Finjo que não estão falando comigo, e continuo trabalhando;		
() Coloco rapidamente o EPI, e continuo trabalhando.		
9.	Você está satisfeito com o vestiário, banheiro e refeitório instalados no canteiro de obras?	() Sim () Não
10.	A empresa disponibiliza os EPI's, equipamentos, fardas, calçados sempre que necessários?	() Sim () Não
11.	Como que você classifica o seu ambiente de trabalho, relativamente aos seguintes fatores:	
a) Iluminação:		b) Ruído:
() Muito boa;		() Excessivo;
() Boa;		() Forte;
() Sem opinião;		() Sem opinião;
() Suficiente;		() Fraco;
() Insuficiente.		() Inexistente.
c) Vibrações:		d) Existência de Poeiras:
() Excessivo;		() Excessiva;
() Forte;		() Forte;
() Sem opinião;		() Sem opinião;
() Fraco;		() Fraca;
() Inexistente.		() Inexistente.
f) Risco de Queda de Altura:		g) Risco de choque elétrico:
() Risco de queda muito grande;		() Risco muito grande de choque;
() Risco grande de queda;		() Risco grande de choque;
() Sem opinião;		() Sem opinião;
() Não preocupa;		() Não preocupa;
() Inexistente.		() Inexistente.
h) Risco de Cortes:		
() Risco muito grande de cortes;		
() Risco grande de corte;		
() Sem opinião;		
() Não preocupa;		
() Inexistente.		
12.	Já sofreu algum tipo de acidente no ambiente de trabalho?	() Sim () Não
Data: ()	Horário: manhã ()	tarde ()
13.	Caso a resposta acima tenha sido sim, qual o tipo de acidente:	
Atingido por objeto:	()	Queda no mesmo nível: ()
Liberção de gases tóxicos:	()	Lesão provocada por um EPI: ()
Corte / Ferida:	()	Queda no mesmo nível: ()
Choque com objeto:	()	Queda em altura: ()
Queimadura:	()	Penetração por objeto: ()

Figura 1: Questionário aplicado para os funcionários da empresa estudo de caso

A pesquisa foi executada em campo, pela própria pesquisadora. Do total de 80 trabalhadores existentes na empresa, foram entrevistados 40, ou seja, 50% da amostra.

A apresentação da pesquisa foi tabulada a partir do percentual das respostas dos funcionários em relação às variáveis pesquisadas. Com os resultados, procurou-se obter um panorama real da empresa, baseado nas respostas.

Deve-se destacar que o principal fator levado em consideração na seleção da empresa como estudo de caso foi a grande interação da pesquisadora com os envolvidos na implementação do programa nos diversos treinamentos e reuniões.

ETAPA 2: VISÃO PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

A amostra dos profissionais de Engenharia de Segurança do Trabalho foi obtida através de uma lista de contatos pessoais. Como critério, enviou-se a pesquisa apenas para Engenheiros Civis ou Arquitetos que possuam especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e atuem na indústria de construção civil. A Figura 2 apresenta a ferramenta de coleta de dados utilizada.

1.	Relacione de 1 a 15 a ordem de importância dos itens para a gestão:
()	Liderança e Responsabilidade
()	Participação do Empregado
()	Sistema de informação
()	Organização, Planejamento e Legislação.
()	Saúde e Higiene Ocupacional
()	Controle dos contratos de Empreiteiras e Terceirizados
()	Treinamento
()	Integridade mecânica dos equipamentos
()	Avaliação e gestão de riscos
()	Procedimentos de operação e manutenção dos equipamentos
()	Projetos e gestão de mudança
()	Investigação de incidentes e acidentes
()	Comunicação e documentação
()	Planos de emergência
()	Auditoria e análise crítica
2.	Quais obstáculos que podem interferir na gestão da segurança no canteiro de obras?
3.	O quanto o planejamento de um canteiro de obras influencia no sucesso da gestão de uma obra?
4.	Programas como PAC e Minha Casa, Minha Vida podem levar as construtoras a aprimorar a forma de gerenciar e planejar suas obras? Justifique sua resposta.

Figura 2: Questionários para os profissionais de Engenharia de Segurança do Trabalho

O questionário foi enviado por e-mail para os participantes. Do total de 8 pesquisas enviadas para os profissionais da área, obteve-se retorno de 5, ou seja, 63% da amostra enviada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões estão apresentados em duas etapas, em conformidade com o descrito na metodologia.

ETAPA 1: VISÃO DO GERENTE DA ÁREA E FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA ESTUDO DE CASO

As questões 2 e 3 estão relacionadas a Equipamentos de Proteção Individual (Figura 3) e Coletiva (Figura 4), respectivamente. Percebe-se que a grande maioria conhece a denominação EPI em contrapartida que a grande maioria não sabe o significado de EPC. Este resultado pode ser relacionado à cultura errônea de que segurança se faz com a utilização do EPI. Enquanto que a metodologia deveria ser: eliminação do risco, medidas gerenciais, proteção coletiva e por fim proteções individuais.

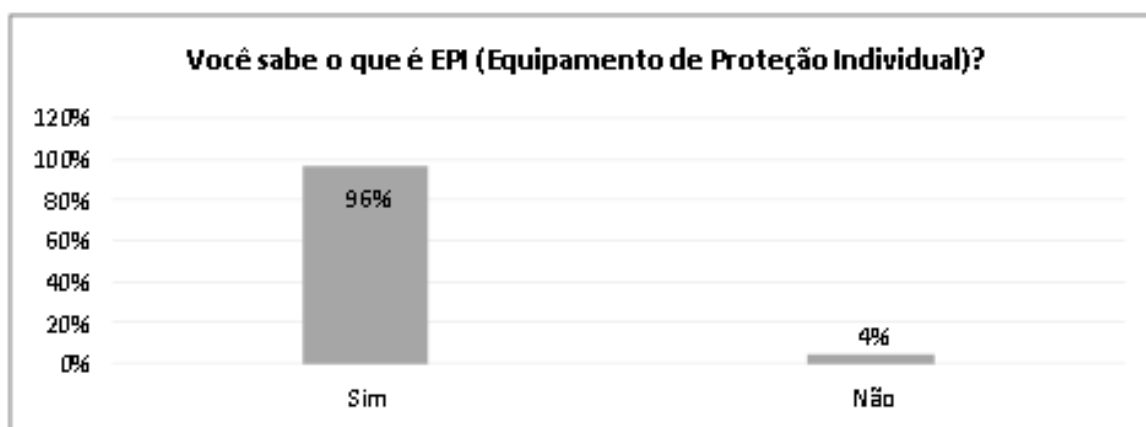


Figura 3: Grau de conhecimento do que é EPI

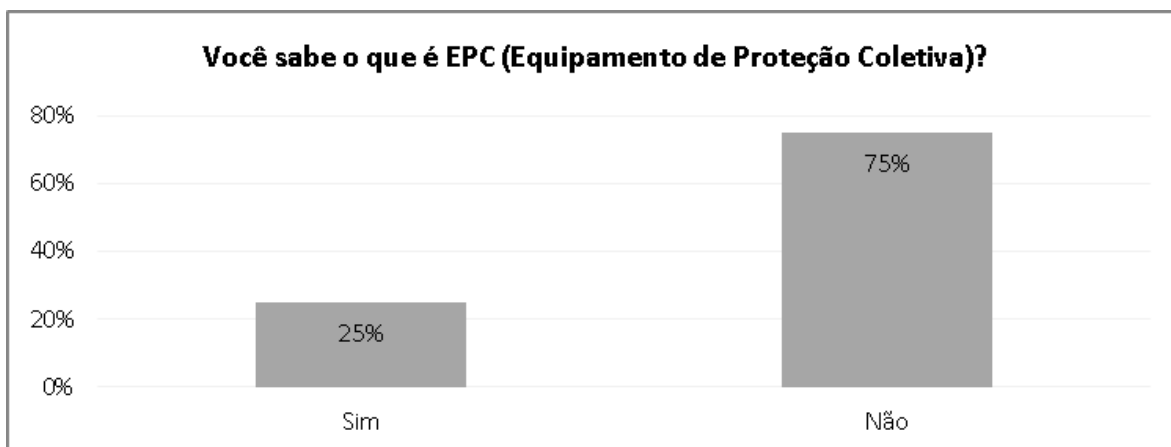


Figura 4: Grau de conhecimento do que é EPC

A questão 4 está relacionada ao grau de importância que os funcionários possuem em relação às normas de segurança (Figura 5). A amostra revelou que todos os funcionários reconhecem a importância de se trabalhar respeitando as normas de segurança, porém ao questioná-los sobre o conhecimento das normativas, não souberam responder. Para a aplicação dos conceitos das normas de segurança é necessário treinamentos que envolvam a participação de todos.

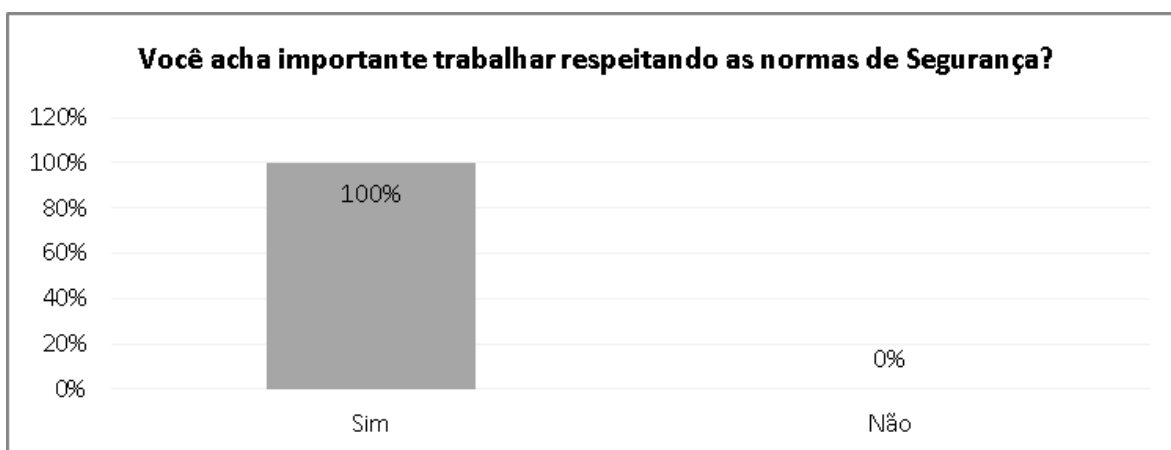


Figura 5: Grau de importância em respeito às normas de segurança

As questões 5, 6, 7 e 8, estão relacionadas ao treinamento e orientação sobre o uso correto do EPI (Figura 6), a correta utilização (Figura 7), a exigência do uso do EPI (Figura 8) e suas reações quando a exigência do uso do equipamento (Figura 9), respectivamente. Percebe-se que há um equilíbrio, de maneira que 55% dos entrevistados declaram ter recebido treinamento inicial sobre sua correta utilização, de maneira que 45% afirmam não ter recebido treinamento algum, sendo que as funções que mais se destacaram neste tópico foram os ajudantes de pedreiro, profissionais estes que estão mais propícios a acidente de trabalho. Em contrapartida, quanto à utilização do EPI, a grande maioria concorda que o uso do equipamento é essencial para prevenir danos a sua saúde. Este resultado mais uma vez mostra que a cultura de segurança da empresa está totalmente equivocada, pois o EPI é apenas uma forma de amenizar os riscos que não puderam ser controlados com os EPC's. Na mesma proporção da importância dada ao uso do EPI é a sua exigência. Muitos alegaram que em alguns momentos esquecem-se de utilizá-lo, e em alguns dos canteiros de obras analisados a exigência é maior do que em outras, pois a visão dos mestres de obras em relação à segurança é diferente, sendo que destes a preocupação ainda está relacionada com a produtividade em primeiro lugar e em segundo plano está a segurança ocupacional. Já a reação dos funcionários ao ser questionados sobre o uso dos EPI's, 65% declarou que nunca precisaram que chamassem sua atenção para a utilização do EPI de modo que 35% alegaram que tão logo é feita a cobrança, de imediato é sua colocação, um fator importante que deve ser analisado é o fato de a totalidade dos entrevistados declaram que o EPI é de suma importância para as atividades.

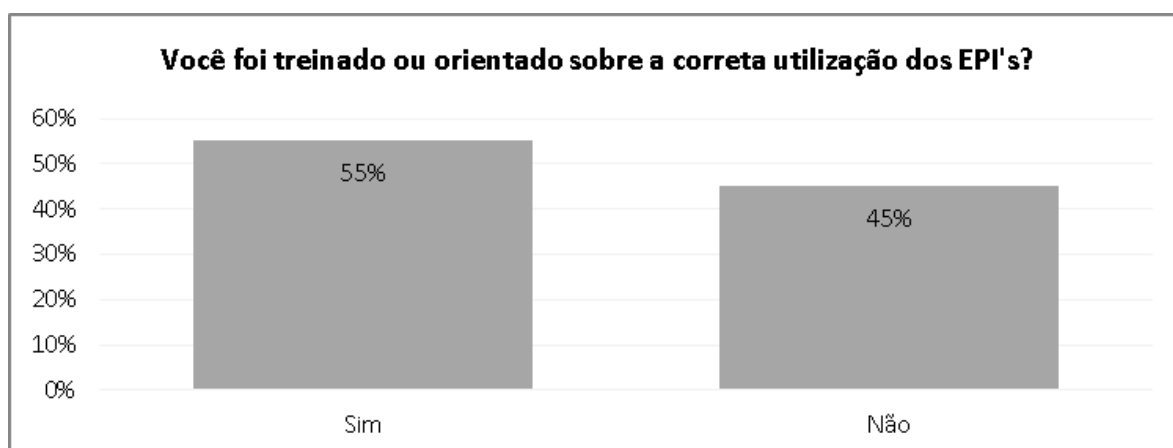


Figura 6: Treinamento e orientação sobre EPI

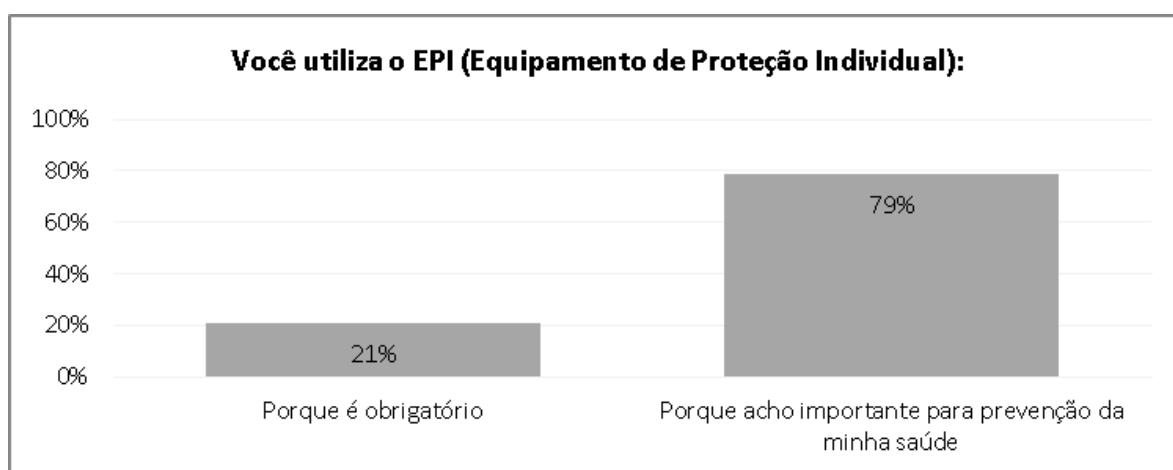


Figura 7: Uso de EPI

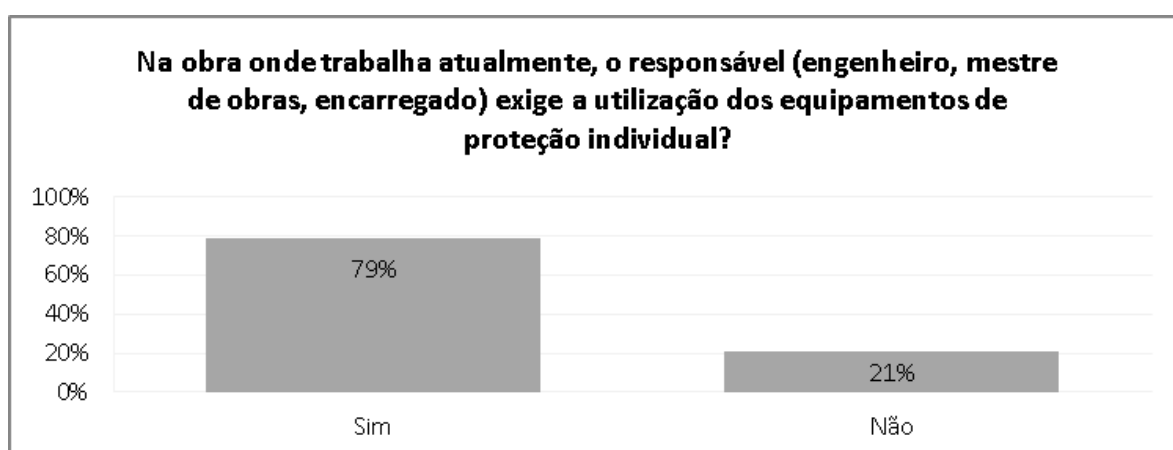


Figura 8: Exigência de utilização do EPI

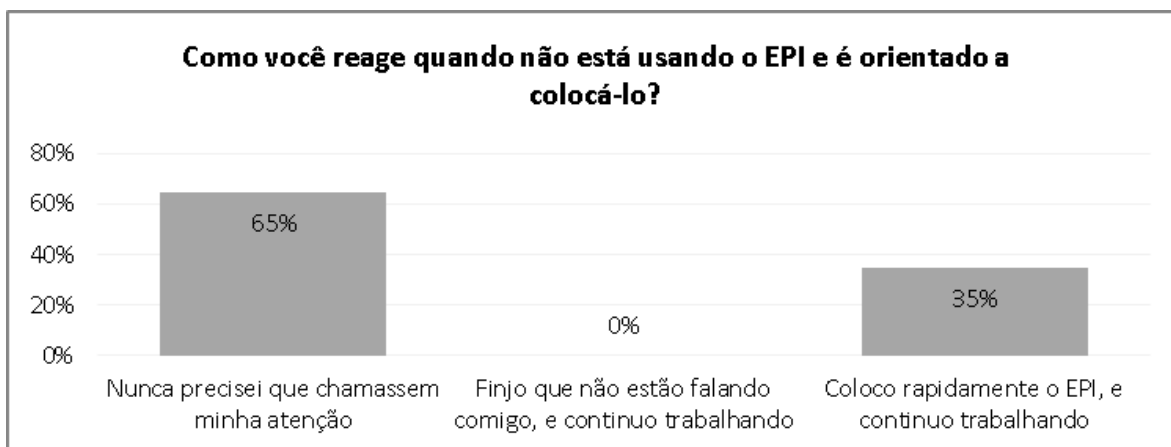


Figura 9: Reação de quando cobrado uso de EPI

A questão 9 está relacionada com o grau de satisfação dos funcionários em relação às áreas de vivência do canteiro de obras (Figura 10). As instalações dos canteiros de obras, tais como vestiário, banheiro e refeitório não estão em conformidade com a NR-18 (item 18.4), que aborda sobre as condições das instalações que devem ser mantidas em perfeito estado de conservação e higiene. Devido a isto, praticamente metade das amostras aponta que os funcionários estão insatisfeitos com as instalações atuais.

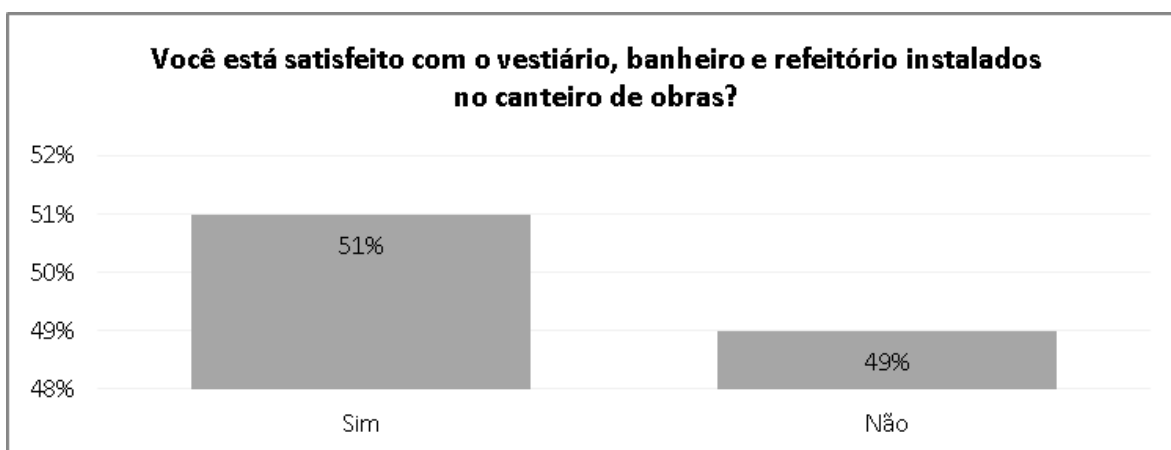


Figura 10: Satisfação das áreas de vivência

A questão 10 está relacionada com o grau de satisfação dos funcionários em relação à distribuição dos equipamentos de proteção e o uniforme (Figura 11). Quando questionado sobre a distribuição dos equipamentos e a avaliação da farda, a grande maioria alegou estar satisfeita, porém para os funcionários admitidos recentemente, a distribuição não havia sido realizada, de maneira que ao questionar o setor administrativo da empresa, a mesma admite possuir um plano de revisão do controle de entrega dos EPI's e fardamento realizado semestralmente, não sendo levada em consideração a admissão de novos funcionários.

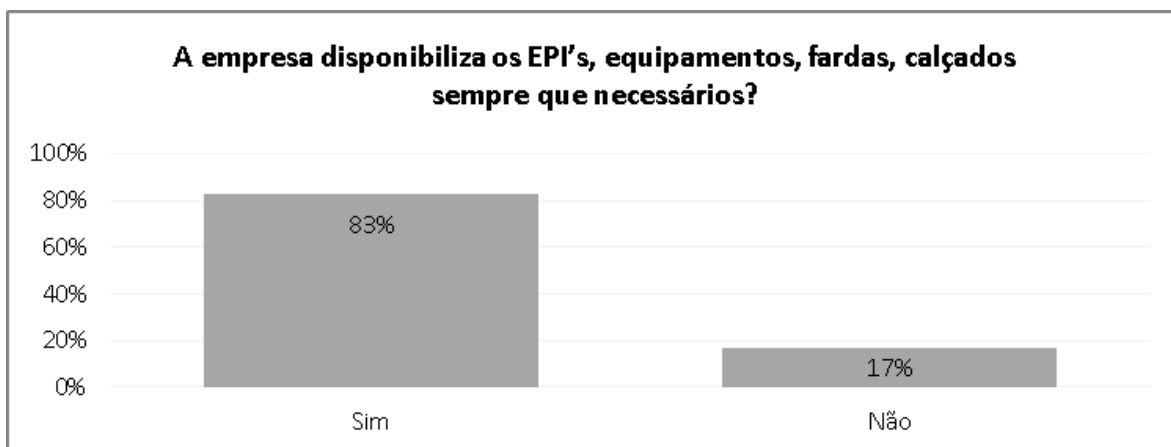


Figura 11: Distribuição de equipamentos e fardas

A questão 11 está relacionada com a classificação dos fatores relacionados à luminosidade, ruído, poeiras, risco de queda de altura, risco de choque elétrico e risco de corte (Figuras 12 a 17). Percebe-se que, para o quesito iluminação a opinião está dividida entre boa iluminação e suficiente, de modo que poucos consideram a iluminação insuficiente. Para a classificação do ruído, muitos consideraram ser de intensidade fraca, pois compararam com indústrias, onde o ruído é muito superior. Para a existência de poeiras, o percentual de 41% marcou tanto o fator fraco quanto o fator forte. As funções que mais consideraram o elemento poeira foram: azulejista, carpinteiro e ferreiro, que mesmo com o uso do EPI argumentaram possuir muita poeira recorrente de cortes de madeira, recortes em pisos e azulejos. Deve-se reavaliar se o EPI distribuído pela empresa está adequado para as funções. Para a categoria risco de queda, as opiniões estão divididas, de maneira que 31% avaliou a existência de um risco grande de queda, e 27% alega não preocupar. Como a maioria das obras da empresa trata-se de residências unifamiliares de até três pavimentos e 30% das obras são de edificações multifamiliares com até cinco pavimentos, a empresa não possui uma preocupação com a elaboração de projetos de proteção coletiva, de maneira que é necessário mudar a visão da segurança também da gerência. O quesito choque elétrico também foi marcado por uma divisão de opiniões, de maneira que o percentual do risco grande de choque e a sua não preocupação é igual. Para a categoria risco de cortes, a maioria dos entrevistados declara que o risco é grande, principalmente pela utilização de muitas ferramentas manuais.

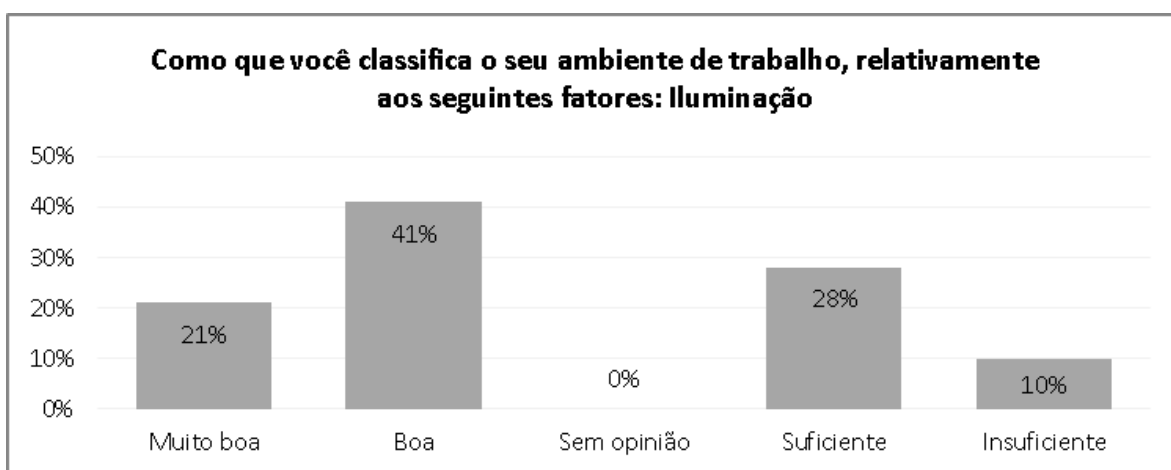


Figura 12: Classificação do ambiente de trabalho quanto à iluminação

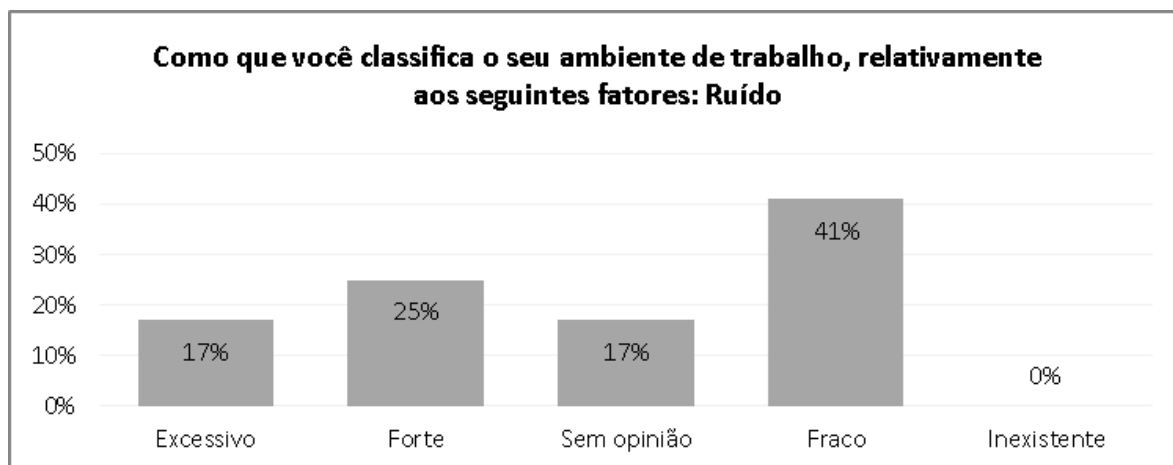


Figura 13: Classificação do ambiente de trabalho quanto ao ruído

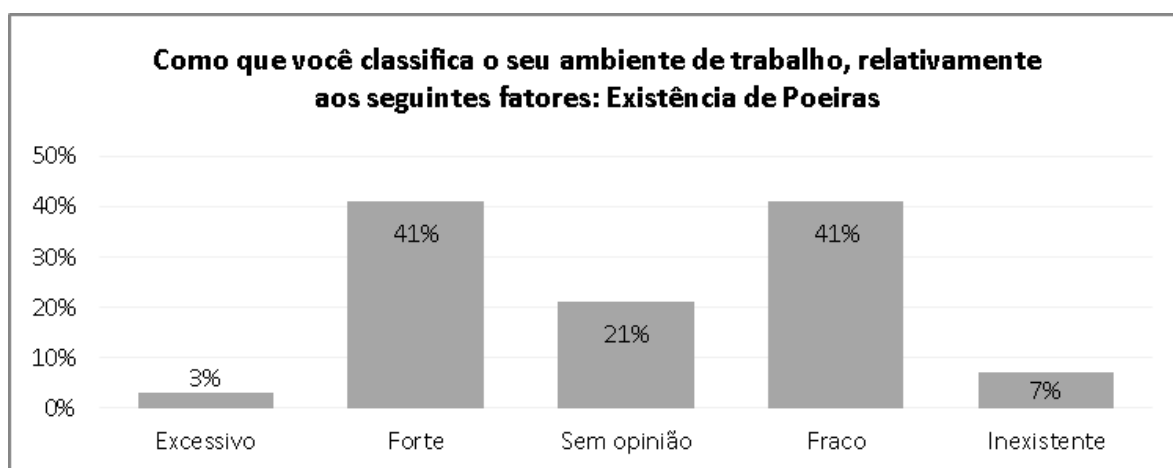


Figura 14: Classificação do ambiente de trabalho quanto à existência de poeiras

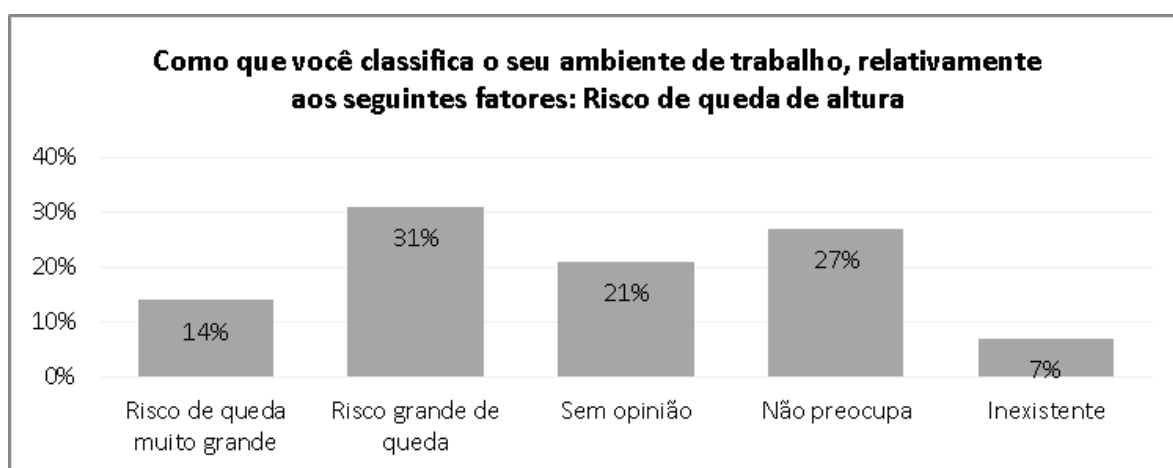


Figura 15: Classificação do ambiente de trabalho quanto ao risco de queda de altura

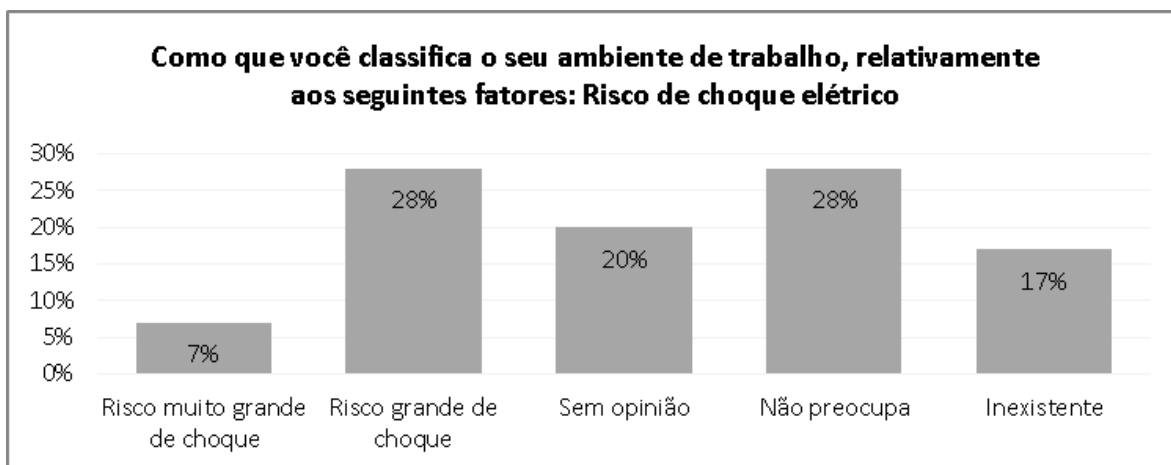


Figura 16: Classificação do ambiente de trabalho quanto ao risco de choque elétrico

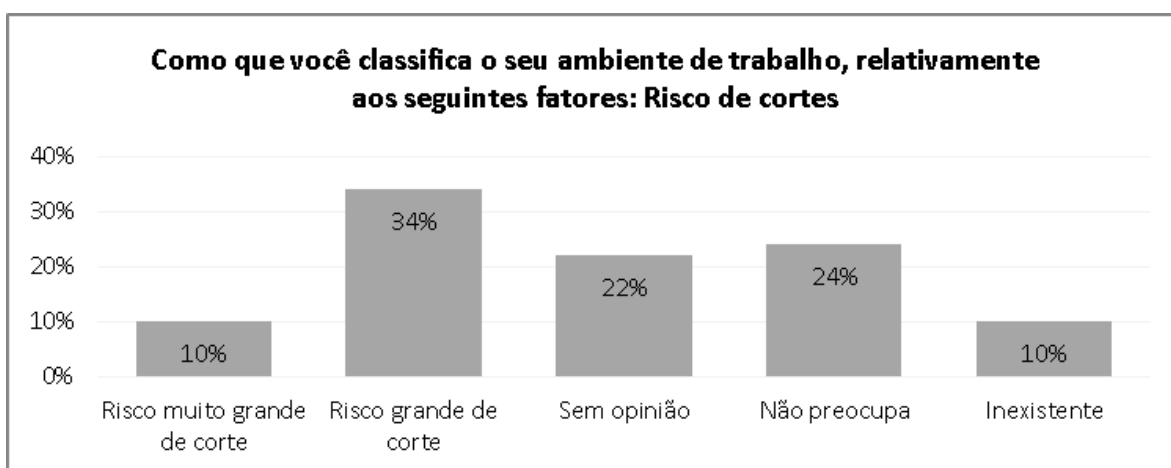


Figura 17: Classificação do ambiente de trabalho quanto ao risco de cortes

As questões 12 e 13 estão relacionadas aos acidentes de trabalho (Figura 18) e ao tipo de acidente (Figura 19). Dentre os entrevistados 81% declarou nunca ter sofrido uma lesão por acidente de trabalho, e 19% afirma já ter sofrido algum tipo de acidente. Dos acidentes sofridos, 44% foram em decorrência de corte ou ferida, 33% atingidos por objeto e 23% por choque contra objetos. Dos acidentes relatados, todos foram de intensidade leve, sendo um deles com afastamento. Através desta análise é possível perceber que o descuido não é o principal motivo para que o evento ocorra. Falta de uso de segurança, capacete, retirada de utensílios de proteção em equipamentos de alto risco (como serras circulares) em prol de uma maior rapidez de serviço, são alguns dos erros mais frequentes nas obras, que podem resultar em acidentes.

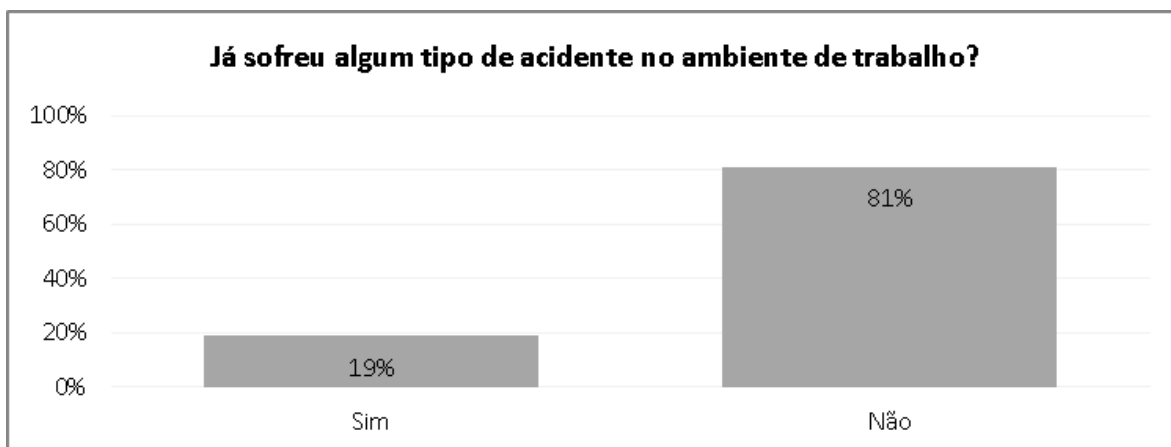


Figura 18: Informação do funcionário se já sofreu algum acidente

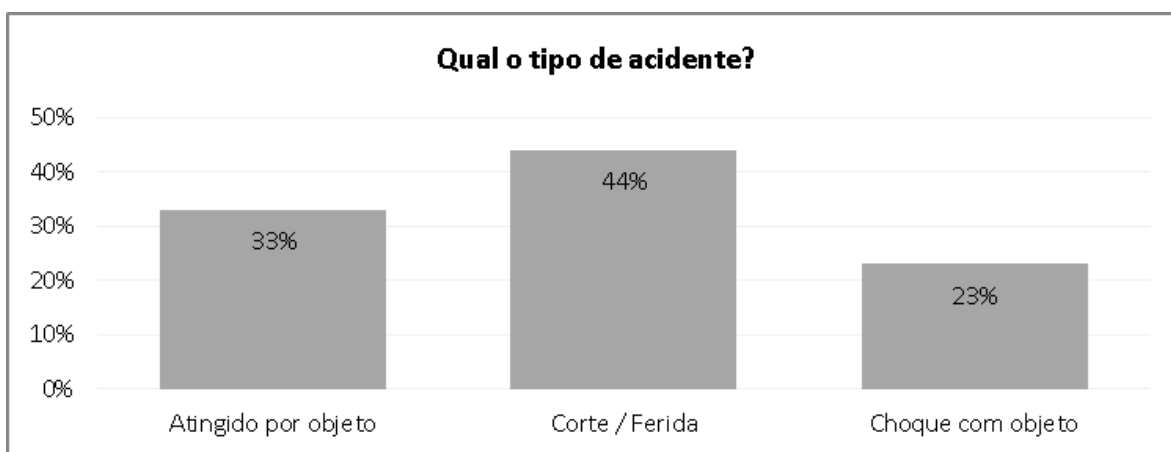


Figura 19: Tipo de acidente acometido pelo funcionário

ETAPA 2: VISÃO PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Segundo os entrevistados, um SGSSO pode ser formado por 15 elementos, com o objetivo estratégico de melhorar o desempenho em Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) das empresas da construção civil, com vista à prevenção de acidentes e à saúde dos trabalhadores, que são os seguintes:

- 1 - Liderança e responsabilidade;
- 2 - Organização, planejamento e legislação;
- 3 - Participação do empregado;
- 4 - Treinamento;
- 5 - Saúde e higiene ocupacional;
- 6 - Projetos e gestão de mudança;
- 7 - Comunicação e documentação;
- 8 - Avaliação e gestão de riscos;
- 9 - Controle dos contratos de empreiteiras e terceirizados;
- 10 - Sistema de informação;
- 11 - Integridade mecânica dos equipamentos;
- 12 - Procedimentos de operação e manutenção dos equipamentos;
- 13 - Auditoria e análise crítica;
- 14 - Planos de emergência;
- 15 - Investigação de incidentes e acidentes;

A segunda questão se referiu aos obstáculos que podem interferir para uma boa gestão da segurança no canteiro de obras e para a maioria dos engenheiros de segurança a organização e a liderança é o fator que mais influencia a gestão da SSO. Vejamos um destes argumentos, P2/E2: “Em primeiro lugar está a falta de

coordenação e planejamento antecipado das atividades; Em segundo está a falta de previsão orçamentária adequada ao empreendimento; Em terceiro lugar está a rotatividade da mão de obra e a falta de valorização do ser humano; E por último está o baixo nível de educação formal e técnica”.

Esta resposta mostra de forma clara as prioridades da gerência em relação à segurança ocupacional, de maneira que a cultura do trabalhador em não se comprometer com a segurança alegando não ser sua responsabilidade, e do comando da obra que prioriza a produção em detrimento da segurança.

A terceira questão se refere ao quanto um planejamento de um canteiro de obras influencia no sucesso da gestão de um canteiro de obras, e para exemplificar um dos entrevistados descreveu P3/E3: *“A obra tem uma característica diferente das atividades industriais corriqueiras: é um local provisório, utilizado em um tempo definido. A evolução de uma obra faz transformações no local que são muito importantes, começando com a limpeza de um terreno, antes vazio, e terminando com uma edificação, que pode ter subsolos e vários pavimentos (...). Quando se consegue planejar todas as atividades (...), pode-se ter um enorme ganho de tempo e produtividade, impactando de forma definitiva a gestão. O problema é que a cultura do canteiro ainda não incorporou isto, e apesar de haver planejamento muitas vezes o canteiro segue com a mesma forma como sempre foi: o mestre faz do jeito dele. (...) mudança na forma de gerenciamento dos recursos humanos no canteiro (...). Quando evoluirmos para um planejamento mais efetivo, teremos a conclusão de uma obra sem perda de tempo e acidentes ou retrabalho na produção, além da destinação consciente dos resíduos gerados”.*

A visão do entrevistado mostra que sem planejamento a gestão fica prejudicada, de modo que se a segurança não está englobada no cronograma da obra ela será realizada no decorrer da obra quando houver tempo. Sendo colocada em segundo plano pela gerência, a segurança passa a não ser incorporada também pelos funcionários, sendo que a visão deles é que a segurança é algo que não depende deles, e sim vindo das lideranças.

A última questão da entrevista é se os programas de incentivo do governo como o PAC e Minha Casa Minha Vida podem influenciar o aprimoramento e as formas de gerenciar as obras, e a maioria acredita que não. Entre as respostas esteve P4/E3: *“Infelizmente, o planejamento significa uma antecipação de despesas, pois exigirá recursos anteriores ao início dos trabalhos e, portanto, anterior ao início do faturamento. Os preços praticados nestas obras são reduzidos, com margens baixas, fazendo com que algumas empresas mantenham as práticas antigas, já consagradas. De outra forma, este tipo de obra, de padrão mais simples, permite uma padronização de revestimentos que pode significar um aumento nas margens, e as empresas maiores que participam deste tipo de obra, estão aproveitando para adequar as mesmas, procedimentando todas as atividades”.*

Esta resposta demonstra que o governo ainda possui uma visão míope no aspecto segurança, de modo que as questões tributárias estimulam a produção no canteiro, para que se tenha ganho nos impostos, justo quando deveria ser o contrário, sendo redução tributária às empresas que investem em segurança.

Porém dentre as entrevistas, há uma visão positiva, que remete aos pontos evidenciados na resposta anterior, P4/E5: *“Acredito que sim, mas isto somente dará resultados quando a gestão de saúde e segurança do trabalho for requisito específico para liberação destes tipos de empreendimentos. Por exemplo, para iniciar a obra deveria haver uma lista mínima de exigências para tal. As auditorias do PBPQPH poderiam monitorar este atendimento. Sugestão de requisitos mínimos de segurança para obras: PCMAT, PCMSO, ASO, Procedimentos de gestão, instruções operacionais (listas de verificações e permissões de trabalho), qualificações dos funcionários (NR-10, NR-18, NR-11, NR-12, NR-33, NR-35) fichas de EPI's, presença de técnico de segurança do trabalho”.*

A declaração do entrevistado é confiante de modo que se os programas de incentivo para as obras nascerem junto com a exigência de procedimentos mínimos para a segurança haverá um grande avanço nos sistemas de gestão para empresas construtoras não somente para as de grande porte, mas também as de pequeno e médio porte.

CONCLUSÕES

Ao propor este trabalho, teve-se como foco estruturar uma empresa da construção civil a iniciar um programa de segurança, contemplando o mínimo exigido de condições físicas para executar uma atividade. A partir da pesquisa teórica e o estudo de caso realizado, foi possível avaliar como a SSO na indústria da construção civil está sendo tratada atualmente. Após a análise do exposto acima, pode-se perceber que uma série de medidas devem ser tomadas, a fim de evitar o insucesso na implantação de um SGSSO.

O objetivo principal foi verificar o grau de entendimento dos funcionários em relação à segurança do trabalho, o que através das percepções dos entrevistados, verificou-se que a segurança não é prioridade, visto que, os mestres de obra priorizam o prazo, pois recebem premiações se concluir a obra no prazo previsto, sendo ainda cobrados pelo setor administrativo quanto ao cumprimento do orçamento. Também ficou evidente que a empresa possui a atenção mais voltada para fornecedores e clientes e, que a cultura organizacional é voltada para a produção e atrelada a processos antigos de construção, além da ausência de investimentos em segurança e saúde ocupacional.

No estudo de caso, a segurança é vista como algo desnecessário, e que com o uso dos equipamentos de proteção individual é suficiente para a saúde ocupacional. Isto demonstra como a falta de organização e liderança da empresa é deficiente, pois segundo os profissionais de engenharia de segurança do trabalho são itens fundamentais para uma boa gestão. Os esforços destinados à mudança de mentalidade dos operários devem alertá-los para o reconhecimento de que é falsa a sensação de segurança que revelou as entrevistas. Os poucos riscos identificados, a percepção de que ocorrem poucos incidentes/acidentes, são reflexos da falta de treinamento e conscientização e não coincidem com a realidade observada nas obras.

Outro item observado pelos especialistas como de suma importância é o planejamento, que através da análise do questionário dos funcionários da empresa ficou visível a falta deste. Sendo assim é importante ressaltar que a gestão de SSO em canteiros de obras deve ser iniciada na fase de projeto, analisando os métodos construtivos mais eficientes, revisada no planejamento do empreendimento, considerando os recursos necessários para sua implementação, até a fase da execução da obra, onde toda a equipe deve estar comprometida para executar os procedimentos que garantam a segurança, visando à melhoria contínua e transformando estes profissionais em multiplicadores de boas práticas de saúde e segurança em qualquer ambiente.

O estudo de caso contemplou apenas uma empresa com características específicas, o que dificulta a generalização de algumas conclusões para todo tipo de empresa construtora. Esta pesquisa serviu para futura implementação de um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional na empresa objeto do estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA. Apresenta estatísticas sobre Acidentes de Trabalho no Brasil. Disponível em <[HTTP://www.previdencia.gov.br/estatisticas/](http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/)>. Acesso em: 30 de julho de 2014.
2. BRITISH STANDARDS INSTITUTION. Occupational health and safety management systems – specification BSI-OHSAS - 18001. Londres, 1999.
3. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho: Um instrumento para melhoria contínua. Edição: Abril 2011.
4. PORTAL DO TRABALHO E EMPREGO. Apresenta Normas Regulamentadoras. Disponível em <www.portal.mte.gov.br/portal-mte/>. Acesso em: 30 de julho de 2014.